

# Nada se resolverá com indexação

ALBERTO TAMER

Se o Brasil não mudar o atual sistema rígido de correção monetária realimentador da inflação e adotar uma desindexação parcial, a política do Fundo Monetário Internacional, que está certa desde que haja flexibilidade de salários e preços, significa simplesmente malhar em ferro frio. De certa forma, é isso o que estamos fazendo, em um processo extremamente doloroso em que os preços baixam a conta-gotas, enquanto a recessão caminha a passos largos. O primeiro passo, portanto, para sair da crise é romper o laço entre a inflação do passado e a do presente, por meio de uma alteração no sistema da correção. Este o caminho principal que Mário Henrique Simonsen vê para que a economia brasileira saia da grave situação em que se encontra.

O ex-ministro do Planejamento não pretende extinguir pura e simplesmente a correção monetária, mas fazer com que ela incida em casos estritamente necessários, como cadernetas de poupança, dívidas fiscais e litígios judiciais. Fora isso, deveríamos deixar o mercado trabalhar com taxas fixas, prefixadas, como no passado. Isso, no que diz respeito aos ativos financeiros. Quanto aos rendimentos, Simonsen sugere a introdução de redutores para que a inflação passada não repita pura e simplesmente a futura. "O que prevalece hoje no Brasil é o reajuste de todos os rendimentos de acordo com a inflação dos últimos três ou seis meses. O Brasil é o único país do mundo onde em fevereiro já se discute com algum grau de certeza a inflação de março, o que significa um paradoxo: temos nossa inflação determinada por causas anteriores a ela."

Evidentemente, continua Simonsen, a desindexação sozinha não acabará com a inflação. Ela precisa ser combinada com uma redução do déficit público, uma política monetária extremamente controlada. Até agora erramos ao tentar combater a inflação apenas com o instrumental monetário. A consequência inevitável é o que aí está: muita recessão, juros reais elevados e poucos resultados antiinflacionários. Em 1964/65 o governo conseguiu com uma pequena recessão reduzir a inflação de 92% para 34% ao ano, seguindo-se logo a recuperação de 1965. De 1980 para 1981, com um grande aperto monetário o governo conseguiu que a inflação caísse de 110% para 95%, seguindo-se uma continuada recessão e uma exacerbação das pressões inflacionárias.

## DESORDEM

O segundo passo após a desindexação parcial (com redutores para rendimentos e limitação aos casos estritamente indispensáveis para os ativos financeiros) será pôr em ordem o sistema monetário e fiscal, com a adoção de um orçamento único. Não se trata apenas de consolidar os três orçamentos — fiscal, monetário e das estatais — somando-os. Para Simonsen o orçamento único significa impedir que o Poder Executivo crie despesas sem a autorização prévia do Congresso. É preciso, dar transparência dos gastos públicos à sociedade, criando mecanismos que inibam novos gastos.

No Brasil não há um bom sistema de controle de natalidade dos gastos públicos. A famosa Lei Complementar nº 12 autorizou o Banco Central a emitir títulos da dívida pública por conta do Tesouro Nacional e lançar os custos dessa dívida no próprio giro da dívida, dentro dos bons princípios da contabilidade em bola de neve, isto é, não contabilizando em lugar nenhum... O Banco Central está criando uma despesa que não passa por nenhum dos canais do orçamento federal aprovado pelo Congresso...

A ordenação monetária e fiscal proposta por Simonsen se resume a quatro pontos:

1 — Revogar a Lei Complementar nº 12. Os títulos da dívida pública só deveriam ser emitidos pelo próprio Tesouro, com autorização orçamentária. Os encargos desses títulos, correção mais juros, seriam lançados como despesa da União.

2 — Estancar, em termos nominais, a conta de movimento do Banco do Brasil junto ao Banco Central, retirando do Banco do Brasil a caracte-

fiscal com receita e despesa de cunho empresarial". Nele, por exemplo, a Petrobrás apresenta cifras desconhecidas que nada têm que ver com o orçamento da União, pois incluem todas as operações de produção, compra e venda de petróleo...

Para o ex-ministro, com estas medidas de desindexação, de separação da autoridade monetária do Tesouro Nacional e acerto das contas com a unificação do orçamento, haveria condições para se obter uma disciplina monetária e fiscal que facilitaria realmente o combate à inflação.

## INVESTIMENTO EXTERNO

Duas outras frentes de ação: crescimento e balanço de pagamentos. Nesta, afirma Simonsen, estamos conseguindo resultados notáveis, apesar da crise em que vive o Brasil. O superávit comercial obtido no passado e previsto para este ano "foi uma verdadeira façanha na história do Brasil." Mas é essencial que os superávits crescentes sejam resultado do aumento das exportações e não apenas da redução das importa-



Arquivo

## Simonsen defende a correção somente em casos necessários

terística de autoridade monetária, que não deve ter.

3 — Proibir que o Banco Central conceda qualquer empréstimo, no desconto, a taxas inferiores à cotação dos títulos públicos federais. Com isso, seria eliminado o crédito subsidiado por deliberação do Banco Central. Poderia haver subsídios, mas com dotações orçamentárias aprovadas pelo Congresso.

4 — Proibir o Banco Central e o Banco do Brasil de fazerem adiantamentos de despesas por conta do Tesouro Nacional. Com isso, eles não antecipariam as receitas orçamentárias.

— Evidentemente, o orçamento único não impediria o déficit. Mas, pelo menos a sociedade passaria a ter conhecimento de suas causas e poderia vigiá-lo. Nada disso ocorre no momento.

Simonsen criticou o orçamento da Set, "extremamente enganador, pois mistura matérias de natureza

ções. Nesse sentido, a política brasileira deve voltar-se ao estímulo às vendas externas enquanto se mantém a seletividade e substituição das importações. Simonsen acha indispensável a captação de um tipo de poupança externa que não utilizamos na década de 70: o investimento direto. É primordial criar um clima favorável para atrair novos capitais estrangeiros. O que hoje não é fácil devido ao ambiente altamente inflacionário e recessivo, com incertezas políticas e estrangulamento cambial. É preciso começar a agir logo para obter resultados não imediatos, mas a médio prazo.

Neste sentido, sugere ele que o governo poderia, desde já, mesmo sem esperar a transição presidencial, eliminar restrições, como no campo da informática, criar incentivos para que as firmas transformassem dívida em capital. Vai mais longe: por que não abolir para os investimentos novos o limite de 12% de remessa de

lucro? Há muito ainda por fazer neste campo esquecido da economia nacional — esquecido mas importante, sem o qual será mais difícil a retomada do desenvolvimento e a solução do grave problema do endividamento externo.

O problema da dívida externa é dos mais inquietantes e exige muito mais sutileza do que se tem falado até hoje. Há muitas sugestões pouco viáveis. Não há como ter ilusões de fugir-se à supervisão do FMI, mesmo porque seria impossível negociar isoladamente com centenas de bancos, sem essa auditoria. É importante criar novos mecanismos futuros que levem a melhores condições para a dívida. Para Simonsen o problema mais sério não é o das amortizações, do reescalonamento, mas a obtenção de taxas de juros menores. Os países endividados deveriam pressionar o Banco Mundial e o FMI para que estes emitam títulos de longo prazo que estariam, como foi feito nos Estados Unidos para os "municipal bonds", isentos de Imposto de Renda local. Isso permitiria juros mais baixos, apesar das altas taxas do mercado. Por outro lado, seria preciso forçar um vínculo maior entre o Gatt, o FMI e o Banco Mundial para maior coordenação dos bancos centrais e os responsáveis pelas políticas comerciais, a fim de evitar entraves e criar condições para o aumento das exportações.

Simonsen acha difícil, neste momento, a luta contra o protecionismo, mas há idéias como o lançamento de títulos isentos de Imposto de Renda, nos países credores, para financiar a dívida do Terceiro Mundo que encontram adesões imediatas, pois essa dívida os preocupa tanto quanto a nós.

"O reescalonamento da dívida é mais complexo do que há 20 anos, quando o Brasil devia apenas para três ou quatro bancos. A idéia do reescalonamento definitivo é abortada pela falta de interlocutor..."

## O CAMINHO

Simonsen reconhece que há setores que respondem mais facilmente aos estímulos de crescimento, sem tensões inflacionárias, como agricultura, construção civil etc além de gerarem empregos. Mas o que hoje inibe o crescimento da economia brasileira são os juros internos desencorajadores. Uma vez atacados aqueles pontos mencionados, toda a economia tenderá a reagir.

O governo atual, mesmo em fase de transição, poderia preparar o caminho, como fez no caso dos reajustes salariais. Em termos imediatos, a atual administração tem condições de unificar o orçamento, acertar a infra-estrutura monetária e fiscal do governo. Na parte externa, pode-se começar a debater novas idéias, pois há uma grande simpatia pelo País no Exterior.

O Brasil continua tendo uma extrema viabilidade econômica. Apesar de toda a crise dos últimos anos, há alguns setores que estão indo bem, como o energético. Muito tem sido feito na área de mineração. O desempenho agrícola é bom e a indústria é competitiva. O Brasil tem potencial para crescer a médio prazo. É preciso apenas que se ponha a casa em ordem e olhar a situação com otimismo. E isso pode começar a ser feito desde já.